

ENTREVISTA

Uma entrevista com Fernando Novais

Entrevistadora: Andréa Lisly Gonçalves
Dep. História - UFOP

A capacidade de suscitar polêmicas talvez seja a principal medida da importância de uma obra. Se somado a isso o trabalho é capaz de inspirar relevantes pesquisas, desdobrar-se em um considerável número de teses estamos diante de um clássico. No caso da historiografia brasileira, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial* é sem dúvida um clássico e seu autor, Fernando Antônio Novais, um dos maiores historiadores brasileiros da atualidade. O tom polêmico de suas afirmações pode ser conferido na entrevista concedida à historiadora Andréa Lisly Gonçalves para a *Revista do LPH*, por ocasião de Simpósio organizado pelo Centro Acadêmico de História da UFOP.

1. *Passados mais de vinte anos da 1ª edição de Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial, é inegável a atualidade das teses ali defendidas. No entanto, o professor apontaria algumas afirmações, contidas na obra, que poderiam ser revistas à luz das contribuições da historiografia produzida no Brasil e no Mundo nos últimos anos?*

Bom, eu tenho alguma dificuldade com essa questão, a minha resposta seria, não, não teria, no condicional. O fato de *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial* ter provocado debate, em si, para mim, é uma coisa que me agrada muito. Isso significa que é um livro que tem idéias, e que são discutidas. Eu acho que, evidentemente, de lá para cá, muita coisa foi publicada. Eu não digo que escreveria diferente, eu desenvolveria certas partes, certos pontos que não foram claramente expostos e que poderiam ser repensados com o debate. Mas eu acho que essas questões são mais matéria para escrever outros livros que eu pretendo escrever, pelo menos mais

dois, a verdade que com atrasos e com dificuldades. Eu corro o risco de parecer muito egótico, mas eu devo confessar que escrevo pouco mas gosto do que escrevo. Eu me leio com algum prazer.

2. *Os recentes trabalhos sobre o tráfico de escravos, por exemplo, relativizaram algumas das observações feitas sobre o tema no Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial? O mesmo ocorreria com as teses sobre acumulação endógena de capitais na colônia?*

Eu acho que relativiza. Mas, ao contrário do que pensam os autores não nega, pelo contrário, a análise do sistema colonial e da economia colonial fica confirmada por essas contribuições. Tomemos agora, a análise do escravismo colonial, sobretudo o debate com o professor Gorender: há dois ângulos. Um é o da ortodoxia marxista, de quem faz a análise mais marxista. Eu acho esse um problema menor embora não é sem interesse, pois tem interesse para a história do marxismo na América Latina que terá um capítulo sobre esse assunto daqui a cinquenta anos, não sei. O outro ângulo é mais importante: o verdadeiro critério para mim é qual análise dá mais conta da sociedade escravista no Brasil. O meu recorte é que, quando se fala em escravismo colonial, o essencial é colonial e não escravismo. O que é específico do escravismo moderno é ser colonial e o que é ser colonial, o que é específico de ser colonial é a existência de uma economia que acumula externamente, embora não seja externa ao sistema. Externa ao sistema seria na China ou na lua, o sistema pressupõe metrópoles e colônias. Metrópoles e colônias no plural, não é cada metrópole com a sua colônia, mas sim metrópoles e colônias, isto é, centro e periferia. Quando se fala na externalidade da acumulação esta se referindo à externalidade da acumulação em relação à área da produção, mas dentro do sistema. Portanto, não é falar em relações externas, não se trata de nada externo ao sistema. Essa externalidade também não é absoluta, não quer dizer que não haja nenhuma parcela do excedente econômico que não remanescesse na área de produção, isto é, na colônia; ou o processo de produção não se reproduziria. O que nós falamos é de tendência à acumulação externa. A definição precisa é externalidade em relação à área produtiva, acumulação

primitiva de capital comercial autônomo. Cada palavra dessa formulação exige uma compreensão muito precisa. É preciso saber o que é capital; segundo o que é capital comercial e, terceiro, o que é capital comercial autônomo (não é simples), quarto o que é acumulação de capital, quinto o que é acumulação primitiva de capital! Se não se entender isso direito não se entende do que estamos falando. O Frei Vicente de Salvador dizia tudo isso com a frase “Tudo querem para lá”, dizia tudo isso com essa frase “Tudo querem para lá”. “Tudo querem para lá” significa externalidade, a nosso ver, externalidade em relação à área produtiva, à área produtora da acumulação primitiva de capital comercial autônomo. É essa a proposta. Se essa não é a característica fundamental da economia colonial, o que caracteriza a economia colonial? Só o fato de ser escravista? Não. Outras economias foram escravistas e não eram coloniais. O que é ser colonial? A economia escravista antiga se diferencia da economia colonial não só porque o escravo era de uma raça diferente da do senhor na economia colonial, essa diferença existe sim no escravismo moderno, ela é importante, mas isso não é intrínseco ao sistema. Do ponto de vista econômico a economia escravista antiga não tem externalidade da acumulação e a economia colonial tem, essa é que é a diferença, a meu ver.

Quando se fala que se desenvolveu o mercado interno, no século XVIII, por exemplo, como aparece nas reflexões dos colegas do Rio de Janeiro, apresentam isso como sendo a negação das análises da economia colonial feita pelo Caio Prado, por Celso Furtado, por mim mesmo, quando, a meu ver, elas só a comprovam. Desde Caio Prado está dito que a economia colonial é voltada para o mercado externo, mas que para funcionar ela tem que desenvolver o mercado interno. Aliás, o Caio Prado deixa claro que essa é a contradição da economia colonial. Portanto, eles não estão dizendo nada, eles estão mostrando que ela foi maior do que se pensava, mostrando que ela é anterior. Quando se mostra que o tráfico de escravos, desde o século XVII, se faz diretamente com a África não quer dizer que não haja acumulação na metrópole. É preciso ver bem: Angola não é uma colônia, no sentido rigoroso de uma área de produção colonial. Ela é um entreposto da metrópole para exportar. Através do comércio de Angola com Portugal, os lucros do tráfico, para o Brasil são canalizados para Portugal. E mais, o que sim

significa isso é que no tráfico, desde o início, os colonos conseguiram uma parcela de apropriação do excedente econômico gerado pelo tráfico. Conseguiram e aí nós temos o núcleo do início do processo de internalização da acumulação capitalista no Brasil. Isso é verdade, e que é muito cedo no Brasil como está sendo comprovado nos estudos mais recentes. Isso não nega a análise do sistema colonial, ao contrário, é parte da análise do sistema colonial. A mesma coisa poderíamos dizer a respeito das discussões sobre a separação da colônia em relação à metrópole, isto é, a independência. Os colegas do Rio de Janeiro, de Niterói, eles certamente não acharão graça nenhuma nisso, mas as análises deles vão ao encontro direitinho as dos portugueses. Quer dizer que não houve exploração colonial. Como é que fica a separação para Valentim Alexandre? Eu gosto do trabalho dele, tenho o maior apreço pelo trabalho dele mas eu acho que Alexandre lê os teóricos da política colonial portuguesa, os teóricos do Império, como Rodrigo de Sousa Coutinho, por exemplo, que eu também analiso, sem levar em conta o caráter ideológico. Eu leio, contrariamente, como sendo ideologia, pois procuro descobrir o que está por trás do discurso. Ele lê os textos como sendo uma análise científica da realidade. Há uma questão a respeito da crise que eles não entenderam. Eles procuram demonstrar que o comércio e o desenvolvimento econômico em geral estavam ocorrendo em fins do século XVIII, início do XIX em Portugal e no Brasil, o que é verdade e que eu afirmo no meu livro. Crise do sistema colonial não é crise econômica, é crise na relação entre metrópole e colônia. Ao contrário, eu digo claramente lá - essa é questão e que exige a leitura do livro todo, não só do segundo capítulo - quanto mais a política econômica portuguesa reformista relativa ao Brasil dava certo, mais se aprofundava a crise porque os colonos tomavam mais consciência de que eles eram explorados. Então, não adianta falar que não havia crise. Valentim Alexandre e Jorge Pedreira dizem que não havia crise. Como poderia haver crise? O comércio estava em expansão, as indústrias estavam se desenvolvendo no Brasil e em Portugal. O problema é que a crise é crise do sistema colonial, não é crise de desenvolvimento econômico, não é disso que se trata. Crise são tensões que levam à ruptura do pacto, levam à ruptura da relação metrópole-colônia. Bom, se não há sistema colonial, não há exploração colonial, curiosamente os

colegas do Rio de Janeiro levam água às teses "portuguesas", ao dizerem “não, o capital é residente”, “não havia exploração colonial”. Então, o que é a separação e a independência senão o acaso de que a Corte veio para cá ou, então, no limite, é o projeto português de criar uma grande nação. Esta é a interiorização da metrópole. A história já começou com Cabral vindo aqui com a idéia de criar uma grande nação. Eu entendo que o Brasil se tornou uma nação e se organizou como Estado por causa da crise do Sistema colonial que engendrou tensões que podem chegar a rupturas, que são encaminhadas de uma ou outra maneira, politicamente. Eles entendem que é foi o acaso, que não há sentido na história. Aliás, Valentim Alexandre diz que eu sou um marxista ortodoxo que acha que a história tem sentido, quando a história não tem sentido. Ele acha que dizer que a história tem sentido é ser determinista, determinismo econômico, mas não se trata disso. Na realidade - é muito curioso que o livro dele chame-se “O sentido do Império” - o que nós estamos dizendo é: qual é a compreensão desse processo que é mais aceitável, que convence mais? O Brasil é um estado nacional resultante da crise do sistema colonial na especificidade deste segmento do sistema que era as relações Portugal-Brasil. Essa é minha visão. Fui explicitando cada um desses pontos, mas só cheguei até 1808, na minha análise. Ora, qual é a explicação do ponto de vista da interiorização da metrópole, no sentido do Império? Foram erros de percurso, estava tudo dando certo. Não fora Napoleão invadir, D. João VI vir para cá e gostar daqui, não queria voltar, isto é um erro de percurso; são os erros da história. Qual é a explicação mais convincente? Vamos deixar aos leitores. Vamos ver a que dura mais.

3. *O professor considera que a divulgação anterior e em separado do capítulo sobre a estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial acabou por encobrir outras passagens relevantes de sua obra como, por exemplo, o item que trata da “defesa do patrimônio”?*

Bem, eu acho que esse segundo capítulo “Estrutura e dinâmica do Sistema Colonial” tem uma certa autonomia. Esse foi o motivo pelo qual eu o publiquei, na coleção do CEBRAP, em uma primeira

edição antecipada. Isso teve conseqüências. Depois foi reeditado, teve várias edições. Uma das conseqüências - apesar das boas conseqüências resultantes em maior divulgação - é que algumas pessoas ficaram nesse capítulo, não leram a obra completa, sobretudo os não historiadores. Os debates suscitados, na sua maior parte, dizem respeito ao segundo capítulo.

Na realidade, o segundo capítulo, eu costumo dizer, que não é bem de história. História está no primeiro, no terceiro e quarto capítulos, porque só chegamos a fazer história quando reconstituímos acontecimentos, conjuntos, processos. O segundo capítulo é analítico, ele procura dar uma base para a reconstituição que se segue. O meu problema como de todo historiador brasileiro, é entender o nascimento do Estado Nacional, o que é esse negócio de Brasil, o que tem de específico na nossa história. Para entender isso, eu precisava entender a colonização. Para entender a colonização é que eu procurei um conceito abrangente, não só da colonização portuguesa no Brasil, mas da Colonização Moderna em geral. O sistema colonial é um conceito que procura abranger, procura dar conta da Colonização Moderna. Eu não vejo bem, não entendo bem quando vejo pessoas escreverem Sistema Colonial Português, Sistema Colonial Inglês. Não existe Sistema Colonial Português. Do meu ponto de vista, Sistema Colonial é um conceito e, portanto, é uma abstração que procura dar conta desse objeto amplo para depois situar a colonização portuguesa. Da mesma forma que a noção de Crise do Sistema Colonial é um conceito amplo, ligado ao primeiro, para poder entender a maneira pela qual esta colonização especial, a colonização portuguesa na América e, portanto, a colônia, isto é o Brasil e a metrópole portuguesa se inserem no contexto do Sistema Colonial na época da crise, para poder entender o nascimento do Brasil. Essa é a *démarche* teórica: eu parto, no primeiro capítulo, de um panorama de como Portugal e Brasil se inserem nas relações internacionais do século XVIII, faço um mergulho, uma análise da estrutura do Sistema Colonial, para entender a sua crise e depois volto à crise como ela se manifesta nas relações entre Portugal e Brasil e como é encaminhada essa crise pela política portuguesa, pela política colonial portuguesa, essa é a *démarche*. O fato de o capítulo ter sido mais lido que os outros, deu lugar a que o capítulo em primeiro lugar fosse entendido como uma análise do escravismo

moderno, o que não é. É uma análise do Sistema Colonial do qual o escravismo moderno é apenas uma parte, é um item. Isso deu lugar a uma série de debates. Eu diria que é possível juntar os debates em três núcleos. Um que é sobre a natureza do escravismo moderno; acoplado visceralmente com esse debate sobre a natureza do escravismo moderno está a natureza, o grau de análise marxista da história, em que medida a minha análise é uma análise marxista. Esse é o debate, por exemplo, mais acentuadamente o debate com Jacob Gorender, também com Ciro Cardoso, quer dizer, é a análise marxista do modo-de-produção escravista, esse é um lado. Outro lado do debate, é a respeito do desenvolvimento do mercado interno, sobretudo com os historiadores de Niterói e do Rio de Janeiro, que em outros estudos mais recentes mostram o desenvolvimento da crise, o desenvolvimento do mercado interno - são muito bons os estudos - desde o século XVII, como sendo uma negação da análise da economia colonial. Esse segundo grupo de discussões eu diria que são as discussões sobre a economia colonial, sobre as características da economia colonial. Há um terceiro grupo, que diz respeito à crise do sistema colonial, ou à própria existência do sistema colonial. Como os historiadores portugueses que contestam a crise do sistema colonial, contestam a independência e a separação da colônia em relação à metrópole como sendo o produto, a forma de encaminhar a crise do Sistema Colonial, são os historiadores, por exemplo, como Valentim Alexandre, Jorge Pedreira e outros. Então, são três grupos, essas três questões levantadas são importantíssimas, são magnas questões, elas estão relacionadas entre si. Eu acho que o simples fato de ter provocado esse tipo de debate já é um mérito e confirma o que eu disse na primeira resposta que é esse meu gosto pela releitura do próprio texto.

4. *Bem recentemente, vimos a idéia de Império Português, de Interiorização da Metrópole recuada para um período bem anterior à vinda da Família Real para o Brasil, buscando suplantam a noção de pacto colonial, do exclusivo metropolitano. Como o professor vê esse debate?*

Fernando Novais: Bom, essa idéia da interiorização da metrópole está ligada àquelas três vertentes do debate a que me referi porque é

uma forma, digamos, alternativa, de entender o processo de separação da metrópole e, portanto, de constituição da Nação e do Estado Brasileiro. Em primeiro lugar, eu quero dizer o seguinte: a minha análise procura entender a separação com relação à metrópole e a formação do Estado Nacional como sendo uma maneira de encaminhar a crise do Sistema colonial. Não uma maneira necessária, mas uma das maneiras possíveis porque foi ela que se concretizou historicamente. Não quer dizer que isso estivesse nos desígnios, tivesse obedecido a uma determinação econômica, ou divina ou natural, nada disso; o que nós podemos fazer em história são certas aproximações na reconstituição. Essa é uma maneira de tentar entender como isso se passou. A verdadeira discussão, o verdadeiro critério para saber qual é a melhor maneira de entender isso, de entender o Brasil, portanto, não é ver se é ortodoxamente marxista ou não, é ver entre as maneiras de entender, qual é a que satisfaz mais, qual é a que dá mais conta do objeto, é simplesmente isso. Eu estou convencido de que a minha maneira é boa e é mais convincente que as outras. Por que a interiorização da metrópole, me parece, uma idéia equivocada? Em primeiro lugar, ela paradoxalmente pressupõe a idéia de Sistema Colonial, ao qual ela se apresenta como sendo uma alternativa, uma negação, mas ela o pressupõe. Se há interiorização da metrópole é porque há metrópole e colônia, isto é, há os dois pólos do sistema. A diferença está em dizer que foi a metrópole que se interiorizou e não foi a colônia que se exteriorizou. A forma pela qual Portugal e Brasil viveram a crise do Sistema Colonial, com a vinda da Corte, cria, a meu ver, a ilusão de que não foi a colônia que saiu da metrópole, foi a metrópole que entrou na colônia. Isso é uma ilusão. Isso, para citar um trecho do Caio Prado Júnior, na *Formação do Brasil Contemporâneo*, eu acho que é ficar na superfície dos acontecimentos, sem penetrar na profundidade das estruturas. Em história sempre há continuidade e ruptura. Continuidade está no nível dos acontecimentos, como a vinda da Corte, Proclamação da Independência etc. O que seria, no nível dos acontecimentos, uma ruptura em história? Seria toda a humanidade desaparecer durante um tempo, voltar a aparecer depois.

No nível dos acontecimentos há sempre continuidade. A ruptura se dá no nível das estruturas. São essas as questões. Como é que você estabelece mediações na reconstituição dos processos, dos

eventos, como é que você estabelece mediações entre estrutura e acontecimento? Isto é extremamente difícil, isto não tem regra fixa, como se fosse um jogo, não tem leis determinadas, pré-determinadas, isso é o exercício de cada um, é o exercício do historiador. A minha diferença em relação aos que pensam que não existe distinção entre estrutura e acontecimento é a de que, para mim, isto é explícito, enquanto eles querem negar esta distinção. A questão da interiorização da metrópole remete a outras questões: à definição de economia colonial, à definição do escravismo, à questão da independência, da separação.

5. *Há teóricos que argumentam que a globalização, ao contrário de ser um fenômeno recente, na verdade pode ser datado dos séculos XV, XVI, com a Economia Mundo. O Professor concorda com esses teóricos?*

Essas questões da economia mundo depois da obra de Imanuel Wallerstein e, sobretudo na senda da obra dele, provocou debates intermináveis que continuam cada vez mais. Há uma série de loucuras a respeito disso. Há teóricos que dizem que o primeiro sistema global é o do Egito, outros que já aconteceu na pré-história, outros no século XV. Eu acho que são delírios, sobretudo das Universidades Americanas e européias. Está muito na moda, na Europa, a discussão a respeito do papel da colonização e do imperialismo como fatores importantes para o desenvolvimento do capitalismo na Europa, para a formação da Revolução Industrial, por exemplo. É claro que há uma má consciência na Europa por ter explorado o mundo e os historiadores querem provar, com estatísticas às vezes mirabolantes, que não houve exploração do mundo, pelo contrário, que a colonização deu prejuízo para eles. Isto é muito divertido, eu acho isso tudo uma questão de modismo. É claro que não há uma integração econômica antes da economia capitalista de mercado; há relações econômicas. Uma coisa é economia mundo, outra coisa são impérios. Não há uma integração econômica na Antigüidade, na pré-história, isso não é a mesma coisa que uma economia mundo. Realmente, eu acho que a partir da modernidade, dos séculos XV e XVI, começa a se esboçar uma economia mundo, uma economia de mercado, que se completa nos

dias que nós estamos vivendo. É isso que se chama globalização. A natureza dessa situação atual, se se trata da fase do pós-imperialismo, se se acentua o caráter capitalista ou se o capitalismo já não significa nada, depende da maneira pela qual você entende o que é globalização, se é a exacerbação do imperialismo ou se é a superação do imperialismo, que resultam da sua posição política em face das políticas neoliberais atuais. Quanto ao debate histórico, se começou na pré-história, no Egito ou na Caldéia eu acho que é uma coisa que devemos acompanhar. Alguns estão, como o próprio Wallerstein ligou-se com físicos, matemáticos, utilizando a teoria dos jogos para dar explicações nesse sentido. Eu confesso que tenho alguma nostalgia dos bons tempos em que se discutia coisas mais sérias. Acho também que há uma ligação entre esses delírios e o fato de que os historiadores começam a estudar questões tópicas, em vez de estudar os grandes problemas. Há uma ligação entre essas coisas.

6. *Do livro De Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema ao livro História da Vida Privada no Brasil, pode-se dizer que a busca das grandes sínteses cedeu espaço a abordagens mais pontuais, mais específicas? De que maneira, a produção historiográfica em termos de história privada, verticalizada, localizada, encaminha a historiografia para novas sínteses, ou seriam processos antagônicos? E, por fim, quais são os grandes debates historiográficos na atualidade? É possível identificar as tendências historiográficas para os próximos anos?*

Quando da publicação da *História da Vida Privada* desde o primeiro volume várias vezes eu fui interrogado a respeito disso, como que eu tinha participado daquela obra, organizado a coleção, como que eu, sendo um historiador marxista, “entrei nessa história”, como diziam alguns jornalistas. Tentei explicar, da maneira melhor possível, essa questão. Vamos tentar sistematizar. Evidentemente há, nos dias que correm, o que se chama “crise dos paradigmas”. Essa crise dos paradigmas do pensamento contemporâneo é, sobretudo, da filosofia, das ciências e, principalmente, das ciências humanas. É claro que a história participa disso. Mas participa de uma maneira peculiar. Se nós tomarmos a sociologia, a antropologia e a ciência

política, deixando de lado a filosofia, a maneira como a chamada crise dos paradigmas se apresenta é por meio de um intenso debate teórico. Na História aparece na abertura de novos temas. O que se poderia considerar o "manifesto" da Nova História, isto é, o *Faire de l'Histoire*, tem três volumes: *Novos temas*, *Novas abordagens*, *Novos problemas*. Dos três, o mais interessante é *Novos temas*. *Novas abordagens* não tem nada de novo, porque história não é uma matéria teórica. A maneira como a história enfrenta a crise das explicações é procurando novos temas. Em vez de estudar sistema político, partido, revoluções, sistemas econômicos, vamos estudar os humores, os amores, as sensibilidades. Mudam-se os temas. Há alguma coisa na história que a distingue das outras ciências. Claro que há alguma coisa em comum. Em antropologia, em sociologia abandonaram-se as explicações globais, houve uma certa "regionalização", houve um empobrecimento no sentido de recortar temas menores, uma dúvida sobre a capacidade de dar explicações globais. Do ponto de vista pessoal, *Portugal e Brasil* é um livro publicado em 1979 mas que foi escrito nos anos 60 e começo dos anos 70 - a tese foi defendida em 1973 - portanto é uma obra do período anterior a essa crise. *A História da Vida Privada* de que participei, fui coordenador geral, é um produto típico da Nova História. A minha participação significa sim a minha postura em face desse problema. Primeiro, há no Brasil - ainda que não apenas no Brasil, mas aqui isso é mais acentuado - a idéia de que, sobretudo em história, essa crise dos paradigmas, chamados paradigmas pós-modernos, é uma crise do racionalismo moderno, da crítica do sentido, e se apresenta como sendo uma crise do marxismo porque, sobretudo em história, o racionalismo e o cientificismo se apresentavam como marxismo. Marxismo é sinônimo de ciência da história. Essa é a versão soviética: é a ciência da história. Na realidade, o marxismo é uma teoria da história. Não é a ciência da história, é uma teoria da história. Pelo menos é como Marx pensava. A minha postura, então, sempre foi, outra, eu já tinha uma postura heterodoxa dentro do marxismo, o que aparece nas polêmicas. Há várias polêmicas a respeito de *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial* que diz respeito ao caráter da análise, se é marxista ou não, a polêmica com Gorender é essa. O Gorender diz: "você não pode fazer a análise de um modo-de-produção se não a partir das

relações de produção”. Eu, de fato, não parto da análise das relações de produção, parto do movimento do capital comercial, é diferente, porque eu acho que esse modo de produção colonial é diferente dos outros e é isso que o caracteriza, você não pode analisá-lo como os outros, porque Marx não é um modelo, o *Capital* não é um modelo para analisar qualquer modo de produção. *O Capital*, o livro, é uma análise do sistema, do modo-de-produção capitalista - nem é do capitalismo, é a análise desse modo-de-produção. Outros modos-de-produção devem ser analisados sob outros ângulos, de outras maneiras. Eu acho que o sistema colonial é uma maneira. Bom, já tinha uma posição heterodoxa. O próprio grupo de leitura do *Capital* nasceu - o Roberto Schwarcz tem um ensaio muito bom sobre isso - da insatisfação de professores universitários que eram de esquerda, que estavam insatisfeitos com duas coisas: com o marxismo ortodoxo soviético e com o fato de não se discutir Marx na Universidade. Então resolveram fazer uma leitura de Marx com critérios acadêmicos, que é o que o Gianotti dizia: “Nós temos que ler o texto do Marx como um texto filosófico”, isto é, um texto que exige conversão ao texto. É preciso se ler Marx como se lê Descartes, como se lê Kant, como se lê Aristóteles. De outro lado, eu entendo que os historiadores, marxistas ou não, não devem ver a Nova História como algo contra, embora a *Nouvelle histoire* se apresente como alternativa, contra o marxismo, em alguns casos. O único exemplo de historiador que tem essa postura de diálogo é o de Vovelle que escreveu *Ideologia e Mentalidades* que é um livro que expressa essa postura, onde ele formula, eu acho que de uma maneira muito boa e muito clara, a seguinte questão: “Por que os novos temas exigem novos conceitos? Isso é um pressuposto dos novos historiadores. Nada prova que eu não possa analisar a sensibilidade artística ou a vida erótica com o conceito de ideologia. É necessário demonstrar que não se pode. Mas, se não pode, então há que inventar outros conceitos. A idéia dos novos historiadores é a que não se pode ter conceito nenhum, você só tem que narrar ou descrever. A minha postura sempre foi a de que se deve dialogar com as novas tendências. A História da Vida Privada foi um esforço nesse diálogo, de mostrar as conexões, apesar de não ser uma obra totalmente realizada, há coisas ali que se aproximaram muito. Por exemplo, o capítulo sobre a solidão, que a Laura escreveu no primeiro volume, é

uma coisa original que estabelece a relação entre o tipo de colonização e a história da privacidade. Algo diferente da história da vida privada em geral que estuda a solidão nos mosteiros. Aqui, o sentido de solidão não é a dos mosteiros que é um tipo de solidão procurada, desejada, é no sentido de isolamento, do sujeito perdido no mundo; isolado, pouca gente, de distanciamento, de desterro. Tudo isso foi feito, eu acho que é um passo à frente.

Agora, como é que eu vejo que vai evoluir, aí é difícil opinar. O historiador não faz previsões. Eu tenho, evidentemente, as minhas idiossincrasias. Nós estamos começando a viver um momento de cristalização que no caso significa não a volta à síntese, é de estabelecer diálogo, conexões. Também entendo que, do ponto de vista do marxismo, haverá uma volta a Marx e isso é uma observação que também foi feita pelo Roberto Schwarcz, que eu acho corretíssima: se a globalização, a queda do muro de Berlim significaram a derrocada do comunismo e significaram a vitória do capitalismo, quanto mais isso avançar é só dar tempo ao tempo que Marx volta à tona, porque quem entende de capitalismo chama-se Karl Marx. Isso, até os economistas neoclássicos sabem. O Marx pode ser criticado na análise das previsões que fez a respeito do socialismo, isso é criticável. Ele não era profeta, embora seu pensamento e a sua escritura tenham tom profético óbvio, é inútil negar. Mas também os economistas afirmavam que deixando a economia sem nenhuma interferência ia haver o pleno emprego, o desenvolvimento, a riqueza, a “mão divina”, escondida, da providência. Marx estudou a crise. Precisou vir a crise de 29 aí começaram a estudar a teoria da crise que está prevista em Marx desde o começo. No início de outubro de 29, os parâmetros de Harvard diziam: tranquilidade no mercado, crescimento, mas estourou a “quinta-feira negra”. Aí, voltaram-se para as teorias da crise, aí veio Keynes. Então, quem entende de capitalismo é o Marx. Quanto mais o capitalismo se implantar em todo o mundo maior deve ser a volta de Marx. Eles estão enterrando Marx de forma apressada e o seu retorno terá repercussões na história. Aliás, é muito engraçado: quanto mais o sujeito foi marxista ortodoxo, mais ele “pula a cerca”, ele fica um violento antimarxista. Na edição brasileira do livro do Fontana, de historiografia, o João Manoel fez uma

“orelha” na qual disse isso. Aliás, um estudo de história da história tem esta grande vantagem: demonstrar que as escolas historiográficas se sucedem e há um certo movimento, há uma certa tensão entre, de um lado, reconstituição, narração, arte; de outro o lado da análise, o lado ciência da história. Em determinados momentos, nos anos sessenta, você não podia falar em fatos e datas. Eu dei aula nas ciências sociais nessa época e lá essa tendência era evidente. Hoje, se você começar a falar em estrutura o sujeito não quer nem escutar. Ninguém garante que em 2020 o pessoal não estará falando novamente de estruturas. Mas há um enriquecimento nessa dialética. É essa a dialética que se pode prever, é o máximo que se pode prever. Isso vai demorar? Não sei. Eu gosto muito da produção da Nova História. Pode ser polêmica, às vezes mais bonita do que boa, como acho alguns livros da “Velha História” ilegíveis. Os livros, por exemplo, da *New Economic History*, são ilegíveis, e não trazem nada de novo. A *Contrafactual History* americana é uma coisa insuportável, totalmente insuportável, aquilo morreu, acho que não vai aparecer mais. Ainda há alguns americanos que ficam fazendo esse tipo de história mas são uns tecnocratas. Acho que já falei demais...

Mariana, março de 2001.

